



JORNAL DA ADUA

imprensa.adua@gmail.com

/adua.andes

ADUA



Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES-SN

www.adua.org.br



REPRODUÇÃO

Balço de gestão
Diretoria da ADUA encerra atuação mantendo o bom combate e não fugindo à luta Pág. 3

Nova diretoria da ADUA é eleita com 95% dos votos

Resultado: Diretoria eleita para comandar a ADUA no período de 2018-2020 recebeu grande apoio nas urnas, em um processo de escolha que teve maior comparecimento dos docentes em comparação ao último escrutínio. Esse mesmo eleitorado garantiu quase 80% dos votos à chapa 1 "Andes Autônomo e de Luta", vencedora na disputa pela diretoria do ANDES-SN. **Págs. 4/5**



TERRADEIREITOS.ORG.BR

Entrevista
Para deslegitimar criminalização, é preciso contextualizar lutas sociais, diz Luiz Fábio Paiva Págs. 6/7



FREEPIK

Novo ataque
Nota técnica da Ufam volta a negar pedidos de progressão/promoção por interstícios acumulados Pág. 12



DAISY MELO

Editorial

Nem Stênio Garcia pode resolver a atual crise do governo Temer, capitaneada por caminhoneiros de todo o Brasil. Não é exatamente porque seja um movimento politizado e crítico, embora existam trabalhadores do setor organizados e conscientes de seus direitos e pautas. O preço do diesel parece ter gerado um divórcio entre a Shell e o “Clube Irmão Caminhoneiro”, ainda que, em grande medida, questões como o pré-sal e os royalties não pareçam bem compreendidas pela categoria.

Este projeto das elites, consubstanciado no que se convencionou chamar de “crise brasileira”, como diz Marcelo Seráfico, é o torniquete aplicado na goela dos trabalhadores do país pelo empresariado transnacional. Em outro sentido, como aponta Fábio Paiva, estudioso dos movimentos sociais na UFC, este torniquete busca também asfixiar esta classe, impedindo-a de falar, de empunhar cartazes e ocupar espaços públicos. Não é desprezível, neste contexto, o papel da mídia hegemônica, a voz da classe dominante, comparsa histórica da burguesia nacional, sobretudo, em momentos históricos como esse, de maior violência e exclusão social.

Na Ciência e Tecnologia, a superação deste modelo econômico - desigual e gerador de excedentes e voltado a atender a certa classe -, é o que espera Maria Olívia Albuquerque, ao analisar a tendência à adoção, em futuro próximo, de um modo de produção descentralizado e que supere os trabalhos manuais e repetitivos: a indústria 4.0. Na academia, entretanto, inovação é que menos se vê, dado que boa parte dos espaços de poder institucional recai sobre uma tecnocracia atrasada, meritocrática, que legisla e administra contra seus próprios colegas, se assim o Leviatã ordenar.

Estes setores, que já conseguiram, ao longo do tempo, desestruturar sua própria carreira, impedir o acesso a direitos constitucionais e criar políticas divisionistas na categoria, encarnam as práticas retrógradas a serem combatidas pelas novas diretorias eleitas da ADUA e do ANDES-SN. Na fala de seus dirigentes eleitos, unir a categoria e fortalecer a para o enfrentamento dos ataques perpetrados pelo Governo Temer, são pontos prioritários.

Por fim, no campo revolucionário das artes, é alvissareiro e surpreendente que a Galeria de Arte da Ufam anuncie o lançamento de um edital para sua ocupação, “alicerçada em princípios democráticos e inclusivos”. É de se questionar qual a origem destes princípios e o espaço de sua construção, como comentam artistas locais. De todo o modo, espera-se que este não seja mais um espaço para dar visibilidade seletiva a certos artistas, do mundo acadêmico.

Notas

Comitiva da ADUA no Conad

Os delegados e observadores que irão representar a ADUA no 63º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Conad) foram escolhidos em Assembleia Geral, no auditório da entidade, no dia 23 de maio, e em assembleias nos cinco campi fora da sede. A comitiva da ADUA no Conad terá como delegado o professor Aldair Oliveira de Andrade, e como observadores os docentes José Alcimar de Oliveira, Hamida Assunção, ambos da capital, além de Viviane Vidal, do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), de Humaitá, e Milena Barroso, do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), de Parintins. O delegado terá direito a voz e voto e os observadores direito a voz. Com tema “Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica”, o 63º Conad será realizado de 28 de junho a 1º julho, em Fortaleza (CE).

Anexos para Caderno de Textos

As seções sindicais e os docentes sindicalizados do ANDES-SN têm até o dia 13 de junho para enviar

as contribuições ao anexo do Caderno de Textos do 63º Conad. Os textos deverão ser remetidos para a secretaria do ANDES-SN, pelo e-mail secretaria@andes.org.br. As orientações sobre as temáticas e formatação do texto podem ser conferidas no lembrete 1 do 63º Conad, que pode ser consultado em Publicações, no site da ADUA. O anexo do Caderno de Textos será publicado no dia 21 de junho.

Greve dos Caminhoneiros

A diretoria do ANDES-SN divulgou, no dia 25 de maio, uma nota em apoio a greve dos caminhoneiros. No documento, o Sindicato Nacional afirma que “não é sem contradições que essa mobilização ocorre, mas diferentemente de outros momentos em que os interesses patronais paralisaram o setor, boa parte das reivindicações dos caminhoneiros nesta luta é justa e em sintonia com os interesses da classe trabalhadora” e que “é urgente unificar as lutas em curso no país e exigir das centrais sindicais a convocação de uma nova Greve Geral em defesa dos direitos sociais, contra a EC 95 e a Reforma Trabalhista e pelo Fora Temer!”.

Charge



Diretoria:

Aldair Oliveira de Andrade (Presidente), Welton Oda (2º Vice-presidente), Kátia Vallina (1ª Secretária), Laura Miranda (2ª Secretária), Maria Rosária do Carmo (1ª Tesoureira) e José Humberto Michiles (2ª Tesoureira).

Diretor Responsável:
Welton Yudi Oda

Jornalista Responsável:
Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Reportagem:

Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)
Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)
Daisy Melo

Designer:
Rafael Miranda

Projeto gráfico:
Ângelo Lopes

Chargista:
Junior Lima

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Campus Universitário da Ufam, CEP: 69080-005
Mauá - Amazonas

E-mail da secretaria:
aduasindicato@gmail.com

Impressão:
Graftech, 2000 exemplares.

Fale Conosco

(92) 3088-7009

www.adua.org.br

>>> MUDANÇA DE COMANDO

Diretoria da ADUA expõe as expectativas em relação a próxima gestão da entidade

Annyelle Bezerra

No dia 26 de junho a atual gestão da Associação dos Docentes da Ufam (ADUA), biênio 2016-2018, passará a condução da entidade à diretoria eleita para o biênio 2018-2020. Com o sentimento de dever cumprido e de que a seção sindical manteve o bom combate, a expectativa da diretoria que encerra essa gestão é de que os novos diretores consigam avançar e chamar a categoria à luta, superando as divergências internas em prol de um projeto comum de universidade pública e socialmente referenciada.

“Todas as diretorias desta entidade sindical sempre estiveram em sintonia com os valores fundamentais que norteiam suas ações. Nossa expectativa é a de que os diretores que assumirão se mantenham firmes nos princípios que a fazem uma entidade representativa. Muitas são as demandas impostas à entidade sindical, o que exige maior agilidade, maior poder de reação, maior capacidade de articulação, mobilidade e vigilância da entidade”, afirma o presidente da ADUA, Aldair Oliveira de Andrade.

Em um biênio marcado pelo acirramento nas relações institucionais, com sucessivas negativas aos direitos da categoria docente, quando as administrações, em um entendimento equivocado, passam a imprimir às notas técnicas força de lei, é necessário manter-se na trincheira da luta. Comportamentos que deixam evidente como as reitorias de modo geral têm se portado de forma subserviente ao Estado, adotando a cartilha nas instâncias de poder e esquecendo o compromisso que assumiram de proteger a instituição.

“Entre tantos ataques desferidos à classe trabalhadora da Ufam destaca-se as negativas de concessões de promoções e progressões em suas diversas facetas. Nosso posicionamento em relação às batalhas travadas dentro dos muros da própria instituição é o

de denunciar, esclarecer e acessar o sistema judiciário, pois a Universidade tem se portado no sentido de negar direitos e, pior ainda, defendido a tese de que direitos prescrevem ou caducam. A Universidade tem se instrumentalizado e se deixado instrumentalizar por uma ótica produtivista e de resultado, auxiliando assim um governo ilegítimo a sucatear e vilipendiar a universidade em diversas frentes”, critica.

O cenário de desmonte orquestrado pelo governo, porém, não enfraquece a luta em defesa incondicional da universidade pública e da conquista de direitos da categoria. De acordo com o presidente da ADUA, a expectativa é de que o corpo da Ufam “desperte desse sonho”, acorde e veja com clareza o projeto que está em curso, ou seja, a completa destruição de uma universidade pública gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e a implantação de um “projeto perverso de mercantilização da educação”, jogando por terra qualquer possibilidade de emancipação e superação das desigualdades sociais no país.

Ganhos judiciais

Comprometida com seus mais de 900 sindicalizados, a ADUA apresenta um saldo positivo na Justiça Federal do Amazonas, beneficiando os docentes. Para Aldair Andrade, no entanto, o espaço de atuação da seção sindical sempre foi e sempre será o político, tendo sido o sindicato obrigado a utilizar do Estado de Direito para intensificar o poder de defesa da categoria, por conta da beligerância do Estado e sua voracidade na retirada de direitos.

“Em nosso entendimento não há como comparar ou aquilatar os diversos processos que submetemos à Justiça. Todos os ganhos são significativos, não por seus resultados imediatos ou ganhos financeiros, mas pela demonstração de que ADUA está vigilante e, se necessário, acessará o Estado de Direito

quando a Universidade ou o Estado de forma vil e sorrateira vilipendia direitos historicamente conquistados”, afirma.

Desafios

Considerada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e diversas entidades representativas como um dos maiores retrocessos para a classe trabalhadora, inclusive por promover o fim da aposentadoria no país, a Contrarreforma da Previdência – artificialmente “retirada” de pauta pelo Estado por não ter conseguido, apesar de seus “investimentos”, cooptar o número de votos suficientes para aprovação nas Casas Legislativas – se apresenta, de acordo com o presidente da ADUA, como um dos principais desafios a serem enfrentados pela próxima gestão.

A contraofensiva do sindicato e das demais entidades de organização de classe, para Aldair Andrade, deve estar pautada na manutenção do processo de esclarecimento da classe trabalhadora e da população, mostrando que a contrarreforma é um ataque desleal, enganoso e perverso para os brasileiros, uma farsa, elaborada pelo Estado para escamotear a sua incompetência gerencial, além de repassar para a população menos privilegiada o ônus de sua subserviência ao capital internacional e especuladores.

Contudo, o presidente da ADUA destaca que é nesse tempo de obscurantismo e individualidade exacerbada, que a seção sindical, por compreender seu papel e por não curvar-se à uniformidade e uniformização financista, tem investido seus esforços para possibilitar a construção de espaços democráticos de debate na defesa da Universidade Pública e dos direitos dos servidores públicos, através de eventos que “são também uma defesa franca, honesta e leal, de princípios que a mantêm como entidade representativa de classe”.

Nova diretoria é eleita com maior participação de docentes

Anderson Vasconcelos

Em um dos maiores comparecimentos de eleitores nos escrutínios dos últimos anos, mais de 250 professores sindicalizados da ADUA foram às urnas nos dias 9 e 10 de maio e escolheram a chapa “ADUA Autônoma e Democrática”, com mais de 95% dos votos, para dirigir a entidade durante o biênio 2018-2020. A presença do eleitorado significa um acréscimo de 32,6% em relação ao processo de escolha anterior, quando 193 docentes aptos a votar foram às urnas.

Esse mesmo eleitorado da base da seção sindical elegeu por ampla maioria na chapa 1 “Andes Autônomo e de Luta”, a qual venceu as eleições para a diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), gestão 2018-2020, em um processo que ocorreu simultaneamente ao pleito para a diretoria da ADUA.

Eleita com 8.732 votos em todo o país, o equivalente a 51,71% dos votos gerais, a chapa “Andes Autônomo e de Luta” recebeu o maior percentual de votos na Regional Norte 1 do Sindicato Nacional, formada pela ADUA e outras quatro seções sindicais, onde obteve 77,33% da preferência do eleitorado. Entre os sindicalizados da ADUA, a vantagem da chapa 1 foi até mais expressiva, chegando a quase 80% dos votos e ampliando a diferença em relação à concorrente, a chapa 2 “Renova Andes”. No total, 16.887 docentes de 99 unidades de todo o país, entre seções sindicais e secretarias regionais, foram as urnas para eleger a nova direção do Sindicato Nacional. Foram computados, ainda, 481 votos em branco e 459 nulos.

Os dados da eleição para o Sindicato Nacional constam no Mapa de Apuração divulgado pela Comissão Eleitoral Central (CEC) no dia 15 de maio. O resultado oficial do pleito também foi encaminhado às seções sindicais por meio da Circular 013 da



FOTOS: DAISY MELO

Comissão e ainda publicado na página oficial do ANDES-SN. A posse da nova diretoria do Sindicato Nacional irá ocorrer no dia 28 de junho, às 9h30, na plenária de abertura do 63º Conselho do ANDES (Conad), e a da ADUA, em Assembleia Geral, no dia 26, às 14h30, no auditório da entidade.

O resultado do processo eleitoral para a diretoria da ADUA foi divulgado antes, no dia 11 de maio, após apuração na sede da entidade, com a participação dos professores Welton Oda, presidente da Comissão Eleitoral (CE) e 2º vice-presidente da seção sin-

dical; Maria Rosária do Carmo, membro da diretoria da seção sindical; José Alcimar de Oliveira, membro da CE pela chapa 1 “Andes Autônomo e de Luta”, e Antônio José Vale da Costa, representante da CE pela chapa “ADUA Autônoma e Democrática”. A chapa 2, concorrente à diretoria do ANDES, não inscreveu fiscais para acompanhar o pleito.

Na avaliação do presidente da CE local, o processo deixa saldo positivo à categoria. “Neste ano, a participação foi maior levando em consideração a adesão que histori-

camente costuma ocorrer. Na atual conjuntura, o fortalecimento da presença dos associados no processo de escolha de seus dirigentes é essencial. Não podemos pensar a universidade distante de um contexto geral de despolitização da população e a universidade sente esse reflexo”, afirmou Oda.

O presidente da CEC, professor Alexandre Galvão Carvalho, também destacou o fortalecimento da categoria. “Depois de muitos anos tivemos duas chapas concorrendo às eleições do ANDES-SN e uma grande participação das seções sindicais. O Sindicato Nacional sai fortalecido depois desse processo eleitoral para as lutas vindouras, na medida em que a eleição envolveu toda a categoria no processo, com a campanha, apresentou o seu projeto, e o maior saldo da eleição é que o ANDES-SN sai fortalecido e municiado para enfrentar essa conjuntura de profundos ataques”, disse.

Participação local

O escrutínio local ocorreu com 12 urnas distribuídas entre as unidades acadêmicas da capital e nos campi da Ufam localizados fora da sede, além da sede da seção sindical, onde votaram os aposentados. O processo envolveu 96 docentes e 48 estudantes, nas funções de presidentes de mesa e mesários, respectivamente. “Esperamos que essa chapa única dê continuidade ao histórico de lutas que faz da ADUA um sindicato diferenciado em relação a outros grupos de trabalho”, destacou o presidente da CE local.

A organização do pleito garantiu aos sindicalizados exercerem o direito ao voto

com tranquilidade, caso do professor Osvaldo Coelho, primeiro a votar nesse escrutínio. “O mesmo ideal que eu tinha na época em que resolvemos fundar a associação para defender os interesses dos professores e da comunidade universitária de modo geral é o pensamento que ainda está me movendo, é por isso que eu não me afasto (...) enquanto eu tiver forças para me mover, eu estarei aqui”, afirmou o docente aposentado do curso de Filosofia da Ufam, primeiro presidente e um dos fundadores da ADUA, em 1979.

Licenciado por motivo de saúde, o professor Jacob Paiva, que foi presidente da ADUA na gestão 2000-2002 e já integrou a diretoria executiva do Sindicato Nacional em duas oportunidades, fez questão de comparecer cedo ao escrutínio. “É a reafirmação do princípio da participação, da militância e da necessidade de a gente se posicionar politicamente diante de projetos em disputa. Vir votar é exatamente parte dessa compreensão de que quando se está vivo é preciso participar, se posicionar e lutar. O voto é parte da luta!”, destacou Paiva.

Sindicalizada desde 1980, a professora aposentada da Faculdade de Educação (Faced), Ediraci Silveira, nunca deixou de comparecer a um escrutínio da entidade. “As eleições são a ponta da luta em defesa da democracia e da autonomia. É essa autonomia que nos dá legitimidade para defender o projeto social da mudança que queremos. Mas, é importante continuar participando das ações da categoria”, afirmou a docente, após votar na urna disponível na sede da ADUA.

Reconhecimento



Marcelo Vallina

Presidente eleito da ADUA, professor do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS)

“Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos que compareceram às urnas, à Comissão Eleitoral e às duas chapas, pois no Amazonas a eleição foi tranquila, bem conduzida e contou com uma expressiva votação. Resultado esse que nos motiva a enfrentar os desafios que virão nos próximos dois anos de gestão. Tudo que vinha sendo feito será sem dúvida continuado e submetido a discussão geral nas assembleias e com as bases para que tentemos chegar mais perto dos associados, embora saibamos que esse é um desafio grande, levando em conta que apenas sete pessoas compõem a diretoria”.



Antônio Gonçalves

Presidente eleito do ANDES-SN, por meio de Carta de Agradecimento pela chapa 1, publicada nas redes sociais

“Neste contexto, em que parcela da categoria encontra-se exausta e adoecida devido à enorme precarização e intensificação do trabalho, algumas vezes acompanhadas do assédio moral e sexual; que uma significativa parte dos professores/as está descrente nas alternativas assentadas em processos coletivos, o comparecimento de 16.887 docentes às urnas para escolher a nova diretoria do sindicato deve ser saudado porque demonstra o reconhecimento do ANDES-SN como o legítimo representante dos interesses dos/as docentes das instituições de ensino superior do país, mesmo em tempos tão áspers”.



LUIZ FÁBIO PAIVA

O professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutor em Sociologia, Luiz Fábio Paiva, concedeu entrevista exclusiva ao JORNAL DA ADUA sobre a perseguição e a criminalização sofrida pelos movimentos sociais ao reivindicarem direitos que perturbam a ordem instituída. Para o docente, não há limite para o poder quando ele criminaliza e trata a posição política divergente como uma coisa a ser eliminada.



'Manter a ordem em paz só é possível para quem não precisa lutar, mas impedir que outros lutem pelos seus direitos'

Discutir a tentativa do poder instituído de manter trabalhadores pobres, indígenas, negros, mulheres e movimentos sociais desorganizados e sem alternativa de manifestação assim como as artimanhas adotadas pelo governo para garantir que os privilégios das classes abastadas permaneçam intocáveis está entre os objetivos do sociólogo e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), Luiz Fábio Paiva, nesta entrevista. O docente da UFC defende ainda a contextualização das lutas sociais e a realização de manifestações não violentas como contraofensivas para deslegitimar a criminalização e resguardar aos movimentos o direito à livre manifestação político-ideológica.

Em 2016, a Câmara aprovou o Projeto de Lei 2016/15, que tipificou o crime de terrorismo no país. O texto definiu como terrorismo qualquer ato que provocasse terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoas, patrimônio público ou privado. A proposta encaminhada à sanção presidencial configura o *modus operandi* adotado pelo governo para criminalizar e calar os movimentos sociais?

Existe, no Brasil, um histórico de repressão aos movimentos insurgentes, sobretudo quando eles se mobilizam para reivindicar direitos que perturbam a ordem instituída. A história do País é, também, uma história de violência contra os movimentos sociais e suas maneiras de questionar o poder político e econômico dominante. Indígenas, negros, mulheres, trabalhadores pobres, sem-terra, sem-teto e despossuídos são suportados apenas como grupos que devem sofrer em silêncio, não impondo resistência ao poder de mando das elites econômicas e políticas. A proposta de uma Lei Antiterror em um país que não sofre agressões de grupos terroristas é, no mínimo, curiosa. Pela sua caracterização fica muito claro que ela busca atuar contra atos de insurgência de populações oprimidas por uma ordem injusta e desigual cujo fundamento é a diferença entre classes que dispõem de reconhe-

cimento e cidadania e outras que amargam diferentes formas de discriminação.

Quais os impactos desse tipo de manobra no processo de organização e fortalecimento dos movimentos sociais e populares e dos trabalhadores que lutam pela defesa de direitos?

A ideia é que as classes subalternas permaneçam desorganizadas e sem alternativa de protesto, pois não se enfrenta uma ordem injusta de joelhos, implorando para que governantes resolvam eternos problemas do País. Os mais pobres vivenciam rotinas de violência e discriminação que se sustentam pela criminalização de suas reações, das possibilidades de autodefesa e organização para lutas sociais justas. As populações indígenas e negras continuam excluídas de um processo de integração que restitua as violações que sofreram e se veem diante de uma lei que pretende realizar o desejo da classe dominante de nunca mexer em seus privilégios. A situação do campo é gravíssima, com milhares de pobres sofrendo em condições miseráveis enquanto a terra e a produção são concentradas nas mãos de poucas pessoas que, não poucas vezes, fazem uso da violência para manter seus privilégios. A falta da reforma agrária é uma vergonha que o país carrega há anos sem que a classe política ofereça qualquer alternativa para avançar na resolução desse tipo de problema. Ademais, trabalhadores pobres sofrem com problemas de violência policial, diariamente. Desta maneira, segue-se um ritual de continuidade que as leis sustentam de maneira institucional, trabalhando para que os privilégios das classes abastadas permaneçam intocáveis.

Contrário à proposta, por entender que os crimes previstos no PL já constam no Código Penal brasileiro, o ANDES-SN vê a possibilidade de dualidade na interpretação legal, assim como imprecisão no texto que deixa a interpretação aberta para que um juiz, um membro do Ministério Público, ou um delegado,

definam o que é terrorismo, a partir de suas próprias convicções. Quais os riscos e as intenções disso?

O Ministério Público e o Poder Judiciário são instituições constituídas por pessoas que, em geral, são oriundas das classes privilegiadas. São pessoas cujos salários e benefícios não dialogam com a realidade do País. Parece algo simples, mas todas as relações de consumo e convivência dessas pessoas são com pessoas da elite econômica e política. Isto significa que as suas interpretações tendem a ser feitas a partir da visão de mundo das classes que exercem poder de mando e desejam a manutenção das desigualdades que garantem sua posição de poder. Por isso, trata-se de oferecer mais poder e garantias para as classes que sustentam sua riqueza e poder na manutenção da ordem estabelecida. É muito perigoso e abre margem para a criminalização dos movimentos sociais, pois há o perigo de a defesa da cidadania ser travestida de combate a pessoas representadas como inimigos da ordem pública. Esse precedente possibilita, entre outras coisas, que, em nome da lei da ordem, as forças responsáveis pelo monopólio da violência excedam seu papel contra militantes de causas políticas. Não há limite para o poder quando ele criminaliza e trata a posição política divergente como uma coisa a ser eliminada do campo de lutas que compõe um regime democrático.



FOTO: ARQUIVO/ADUA

Outras iniciativas governamentais, como operações da Polícia Federal no interior dos *campi* e o uso da Polícia Militar para rondas ostensivas em algumas IFES também fazem parte deste “pacote” de ações que buscam criminalizar os movimentos sociais, no âmbito das universidades?

Existe um sentimento hoje, no Brasil, que as pessoas que ocupam posição de poder estão efetivamente envolvidas em esquemas de corrupção. Há uma verdadeira caça às bruxas que está trazendo enorme instabilidade institucional. Esse processo é mobilizado pela Polícia Federal e o Judiciário que, ironicamente, são duas das instituições mais blindadas e resistentes a controle social externo que temos hoje. A intervenção delas na Universidade questiona mecanismos de funcionamento, gestão e ensino da instituição. Ações espetaculares são montadas para prender e expor reitores

sem provas suficientes, causando traumas e situações dramáticas em virtude de casos que depois ficaram conhecidos como abusivos. Precisamos ter muita tranquilidade para avaliar cada situação, denunciando os abusos de poder constitutivos das dinâmicas policiais que visam criminalizar gestores e militantes políticos.

O que você sugere no sentido de se buscar uma contraofensiva, que busque deslegitimar esta criminalização e resguardar aos movimentos o direito à livre manifestação político-ideológica?

Precisamos contextualizar as lutas sociais e entender que não é possível mudar uma sociedade injusta e desigual entregando flores e pedindo para marcar uma hora com seus opressores. Defendendo manifestações não violentas e que respeitem os direitos das pessoas. É preciso entender, no entanto, que trabalhadores pobres que são assassinados e ignorados em suas denúncias não podem simplesmente esperar a morte chegar em silêncio. O Brasil é um país constituído por injustiças e violências que afetam os mais pobres e situações da magnitude das que afetam a classe trabalhadora dessa comunidade política não podem ser silenciadas em nome da lei e da ordem. Ao entregar uma lei ambígua se abre espaço para que lutas históricas como a da reforma agrária agora sejam tratadas por juízes oriundos das mesmas classes sociais que dominam e concentram a terra no País.

O professor universitário Felipe Pena afirma que “os meios de comunicação tendem a priorizar as opiniões dominantes, ou melhor, as opiniões que parecem dominantes, consolidando-as e ajudando a calar as minorias (na verdade, maiorias) isoladas”. Qual o papel da imprensa no processo de criminalização dos movimentos sociais?

Acredito que Marx acertou em cheio quando concluiu que as ideias dominantes de cada época são as ideias da classe dominante. Manter a ordem em paz só é possível para quem não precisa lutar, mas impedir que outros lutem pelos seus direitos. Assim, é fundamental para as elites manter as classes subalternas imobilizadas, em situação institucional na qual não podem recorrer à justiça e ao mesmo tempo se tornam alvos dela por leis que criminalizam as lutas sociais. A imprensa livre é fundamental para evidenciar as contradições de uma ordem social injusta e desigual, esclarecendo as pessoas sobre os efeitos políticos das injustiças que a constituem. É preciso uma imprensa informativa e formativa cujo trabalho reverbera as lutas sociais dos mais fracos e ajude a construir uma sociedade mais justa e solidária. Infelizmente, observamos que a imprensa tem contribuído de maneira substantiva com a criminalização dos movimentos sociais ao retratar suas lutas de maneira isolada e descontextualizada. Apenas atos de enfrentamento ou momentos emblemáticos e de violência são capturados em atos que têm uma história muito forte por trás de sua realização. É preciso denunciar esse tipo de cobertura, criando outras possibilidades de informar e criar laços sociais baseados na solidariedade entre as classes trabalhadoras.

>>> **UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

A desestruturação da carreira dos docentes das IFEs: impactos salariais

Um dos pilares para a consolidação das universidades públicas brasileiras, conforme o projeto defendido pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), tem sido a luta pela conquista de uma carreira docente única para os profissionais que atuam nas Instituições de Ensino Superior nas seguintes bases: indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; pagamento de salários iguais para trabalhos de mesma natureza (isonomia); salários iguais entre ativos e aposentados (paridade); e avaliação das atividades acadêmicas, considerando a formação, o tempo de trabalho dos docentes e os impactos sociais de suas atividades.

Com muita luta, os docentes das Instituições Federais de Ensino (IFEs) conquistaram alguns passos em direção a essa proposta, como, por exemplo, o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) - Decreto no 94.664 de 1987. Mas, a partir da década de 1990, vivencia-se alguns retrocessos nas conquistas obtidas.

Mais recentemente, as leis 12.772/2012, 12.863/2013 e 13.325/2016, na prática, são instrumentos de desestruturação da carreira dos docentes das IFEs e implementam uma concepção de trabalho acadêmico atrelada a uma perspectiva elitista/meritocrática e privatista. Resultantes de acordos assinados pela Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes), forjado pelos governos pe-

tistas como pseudo-representantes sindicais, as citadas leis implicam em reajustes salariais abaixo da inflação e ampliam a desorganização da malha salarial dos docentes do magistério superior das IFEs, com supervalorização da classe dos Associados e Titulares.

A Retribuição de Titulação agora é menor para docentes de 40h e de 20h. Em razão do último Acordo, em 2019, um docente em Dedicção Exclusiva (DE) receberá um salário igual ao que um docente de 40h recebia na época do Plano Único de Classificação de Cargos e Empregos (PUCRCE); a proporção entre vencimento básico de um docente DE e o vencimento básico de um docente de 20h, que era de 3,1% será de 2%. Trata-se da desvalorização do regime de DE e do enfraquecimento do princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

O quadro será agravado com a edição da Emenda Constitucional 95/2016. O governo Temer cogitou o adiamento da vigência do acordo e, em reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais (Fonasefe) e Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) com Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), em 2 de março, seu representante afirmou que não teria como atender a pauta dos servidores públicos federais, a qual contém reivindicações dos docentes das IFEs. Análise mais detalhada do assunto desse artigo foi feita no Informativo - Especial do Setor das IFEs - maio/2018.

Resta que temos grandes desafios a vencer, entre eles o de revogar as leis que desestruturaram a carreira

dos docentes das IFEs, o de retomar o debate da carreira junto à base da categoria e o de realizar ações mais contundentes para destravar a falta de negociação do governo. Um bom início, talvez, seja o de recuperar a discussão sobre a carreira única, construída nos anos 1980, no calor das lutas mais gerais por uma sociedade mais justa, livre e soberana. Oxalá as/os docentes tenham interesse para participar desse debate.

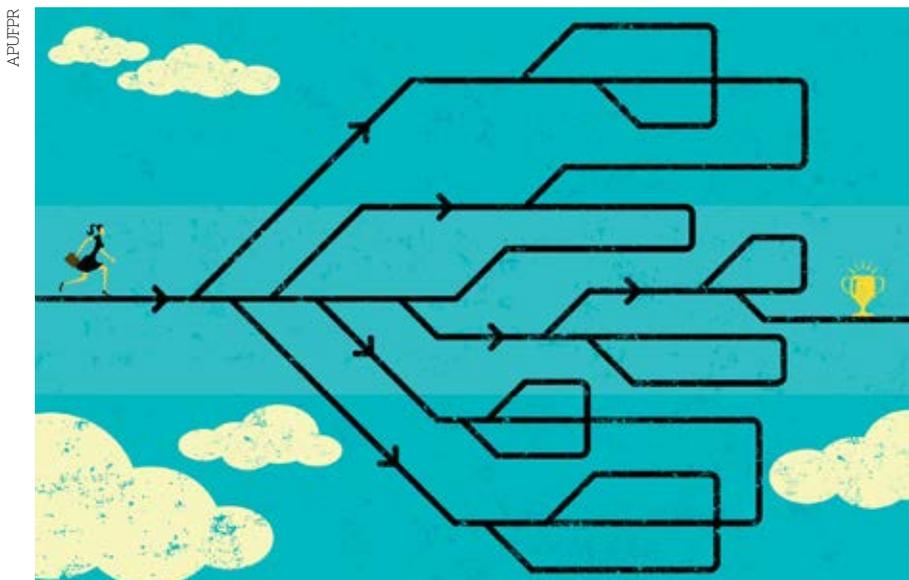
* Perfil

**Por Jacob Paiva**

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1º secretário do ANDES e professor da Faculdade de Educação da Ufam.



Resta que temos grandes desafios a vencer, entre eles o de revogar as leis que desestruturaram a carreira dos docentes das IFEs, o de retomar o debate da carreira junto à base da categoria e o de realizar ações mais contundentes para destravar a falta de negociação do governo".



>>> TRANSFORMAÇÕES

Novo projeto de Educação, Ciência e Tecnologia Públicas

Vivemos um momento especial de grandes e céleres transformações tecnológicas difíceis de dimensionar.

Um mundo em rede, planetário, que se amplia de forma descontrolável. Com a implantação das fábricas inteligentes (indústria 4.0), que englobam as principais inovações dos campos de automação, controle e tecnologia da informação, diversas mudanças ocorrerão na forma em que os produtos serão manufaturados, causando impactos no mercado e diferentes setores da sociedade.

A seguir apresentamos alguns princípios para o desenvolvimento e implantação dessa nova indústria nos próximos anos: (1) Capacidade de operação em tempo real; (2) Virtualização e simulações; (3) Descentralização a fim de aprimorar os processos de produção; (4) Orientação a serviços utilizando conceitos de *Internet of Services*; (5) Modularidade, produção de acordo com a demanda, acoplamento e desacoplamento de módulos na produção.

Assim, um dos maiores impactos causados por esse processo será uma mudança que consistirá na criação de novos modelos de negócios e produção em um mercado cada vez mais exigente. A customização prévia do produto por parte dos consumidores tende a ser uma variável a mais no processo de manufatura. As fábricas inteligentes serão capazes de levar a personalização de cada cliente em consideração, se adaptando às preferências.

Contextualizando a transformação em outro setor, o da saúde. Temos uma população que alcança uma expectativa de vida cada vez mais alta devido às melhorias das condições de higiene e aos avanços da Medicina. Isso em contraste com o aumento das taxas de obesidade em todo o mundo enquanto mais de 2 bilhões de pessoas sofrem de desnutrição. Assim, temos uma importante discussão sobre saú-

de e bem-estar, especialmente, sobre quais os papéis de cada agente (sociedade, setor econômico e governos) na busca por um mundo com mais qualidade de vida.

Neste novo cenário, instituições, governos, profissionais e sociedade também precisarão se adaptar para vivenciar essas mudanças. Novas demandas surgirão enquanto algumas deixarão de existir, como os trabalhos manuais e repetitivos, que já vem sendo substituídos por mão de obra automatizada. Com a indústria 4.0 atuando em todos os setores isso é uma tendência dos próximos cinco anos. As demandas em pesquisa e desenvolvimento oferecerão oportunidades para profissionais tecnicamente capacitados, com formação multidisciplinar para compreender e trabalhar com a variedade de tecnologias que compõem o modo de vida em acelerada transformação.

As mudanças em curso impulsionam a educação para sair do *modus operandi* do século 18. As transformações na forma de produzir só são possíveis graças ao pensamento focado em inovação. Um pensamento que começa, é claro, nas pessoas.

Precisamos investir na implementação de uma nova educação capaz de desenvolver a capacidade empreendedora, o empoderamento, a autonomia, por meio de ensino de qualidade. Todavia, estamos cientes dessa necessidade, mas pouco eficientes na promoção desta mudança. Estamos perplexos. Somos da geração que está formando os novos profissionais, cidadãos, políticos, mas somos também aqueles que estão em transição, confusos diante deste desafio.

Assim, perceber e contextualizar essas mudanças e necessidades se constitui um ato visionário, necessário. A Universidade é uma das instituições que terá um papel estratégico nesta transformação que se constitui um fenômeno sociotécnico. Exige a adoção de perspectivas multidisciplinares ao serviço das necessárias mudanças que precisamos operar quer ao nível técnico

* Perfil

**Por Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão**

Doutora em Biologia de Água Doce e Pesca Interior pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), professora do Departamento de Biologia da Ufam e do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (PPGCASA), do Centro de Ciências do Ambiente (CCA).

(tecnologias de informação e processos de negócio), quer ao nível social (pessoas e estruturas organizacionais).

Não vai nos bastar a capacidade de investigação no plano técnico, será também fundamental a inovação no campo social. Esta é a oportunidade de promovermos abordagens multidisciplinares na resolução de problemas complexos, porém, sabemos pouco como dar conta disso.

Precisamos ser otimistas, embarcar nessa aventura e sermos capazes de criar projetos agora olhando para o futuro. Não há mais o que esperar, é o momento de agir. É necessário combinar estratégias e tecnologias emergentes sem medo de errar. Vamos errar muito, mas, precisamos estruturar um modelo de educação diferente apoiando a formação de ecossistemas ousados, tecnológicos e inovadores na promoção da educação.

>>> **ESTADO E MERCADO**

Crise brasileira e o conluio das elites

*** Perfil**



Por Marcelo Seráfico
Doutor em Sociologia e professor do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Ufam.



... um cerco político ao orçamento público, dando vazão a um exercício de economia política cujo fim é privar o povo de direitos e transformar cada cidadão em, se tanto, consumidor de mercadorias".

Tornou-se comum no Brasil separar a dinâmica da política da dinâmica da economia. Quando muito, os que assim observam a realidade social admitem que os eventos políticos repercutem sobre os econômicos e vice-versa. Admitem, assim, a existência de falhas do Estado que precisam ser sanadas pela ação do mercado ou falhas do mercado que precisam ser sanadas pela ação do Estado. No mundo ideal dos que pensam a economia e a política como campos distintos da realidade social, existiria um ponto ótimo de equilíbrio entre Estado e mercado. Mas é aí que começam os problemas. Nem a economia nem a política são feitas de entes abstratos cujo agir se pauta pelo alcance do “bem comum” – seja lá o que isso queira dizer.

Como prova a realidade, o mundo e o Brasil, em particular, vem assistindo a um fenômeno que para alguns soa paradoxal: o simultâneo aumento das desigualdades sociais e do número de indivíduos abastados. Também assistimos no Brasil um golpe jurídico-parlamentar ser coroado com a aprovação pelo Congresso de medidas de contingenciamento e congelamento de gastos sociais pelo prazo de 20 anos e de contrarreformas da legislação trabalhista e da Previdência Social acompanhadas da preservação dos interesses do setor financeiro, que já arrebatava cerca de 45% do orçamento público brasileiro.

Mantém-se, como parte da urdidura da gravíssima crise nacional, uma campanha midiática para levar os cidadãos a crer que o inimigo nacional número 1 é a corrupção. Os mesmos meios de comunicação, porém, calam diante da absurda transferência de riqueza líquida para os agentes do mercado financeiro. Juntos, em conluio explícito, meios de comunicação, os setores financeiro, do agronegócio

e do que resta de um combalido empresariado nacional, tangem frações majoritárias do Congresso, a um cerco político ao orçamento público, dando vazão a um exercício de economia política cujo fim é privar o povo de direitos e transformar cada cidadão em, se tanto, consumidor de mercadorias.

Não é à toa que esses mesmos setores, dizendo-se defensores da democracia, também defendam, sem nenhuma vergonha, o que chamam de medidas impopulares – quando não, anti-populares. Ora, como se pode, numa democracia, admitir medidas impopulares, medidas que contrariam os interesses da maioria?!

A dificuldade de assumir tal posição se traduz num esforço hercúleo feito por articulistas, consultores e *experts* em afirmar que as questões econômicas são de cunho técnico e que, portanto, não devem ser tratadas nem decididas pelo povo. Nisso, se revela o elitismo enrustido na defesa abstrata da democracia. O recado é claro: a democracia é boa desde que quem mande sejam suas excelências, os beneficiários da farra financeira!

É nesse conluio, que envolve as elites econômicas, políticas, intelectuais, eclesiais e culturais do país, que reside a origem da crise. E o agravamento dela só os beneficia, pois a crise é uma fase violenta de depuração do processo de acumulação de capital. Sobrevivem os mais aptos e ajustados a todo tipo de brutalidade. Progressivamente, garantem-se as condições necessárias à alta concentração e centralização de poder político e econômico em grupos minoritários da sociedade. Enquanto esses setores não forem desafiados em seu poder, enquanto não se os enfrentar diretamente, é ingênuo imaginar que viveremos num país mais igualitário, democrático e justo.

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/03/2018 A 30/04/2018



QUADRO RESUMO MENSAL		mar/18	abr/18
Receitas	R\$	87.148,00	R\$ 86.768,80
Despesas	R\$	174.852,93	R\$ 163.186,64
SALDO ANTERIOR	R\$	8.307,32	R\$ 1.429,87
Saldo Banco do Brasil S/A	R\$	1.225,00	R\$
Saldo Fundo de caixa	R\$	204,87	R\$ 11,91
RESUMO DE APLICAÇÕES	R\$	447.837,82	R\$ 375.245,86
Saldo Anterior da Conta Aplicação	R\$	529.392,41	R\$ 447.837,82
Aplicações no Mês	R\$		R\$ 64.173,00
Rendimento de Aplicações	R\$	1.640,56	R\$ 1.139,97
Resgate de Aplicações	R\$	83.195,15	R\$ 137.904,93

* Confira a prestação de contas, na íntegra, no site da ADUA.

>>> EDITAIS DE OCUPAÇÃO

Diversidade em galeria da Ufam é defendida por artistas

Daisy Melo

Uma real abertura à diversidade. É o que quer a classe artística com o lançamento de editais de ocupação da Galeria de Artes da Ufam (GAU), previsto para outubro. Os artistas defendem desburocratização, inserção de cotas, aceitação de obras de baixo custo, uma apresentação atrativa para diversas linguagens e, principalmente, a disponibilidade da galeria como espaço para locais de fala de jovens, negros, índios, mulheres e LGBTs.

Criada em 2016, a GAU lançará editais de ocupação pela primeira vez. Segundo a nova coordenação à frente do projeto de extensão de 2018 a 2020, o objetivo é fazer da galeria um espaço expositivo do que é produzido na universidade, mas também para receber artistas locais, nacionais e latino-americanos. “A missão do programa é ser um espaço expositivo, formativo, educativo, no campo das artes visuais e da cultura, alicerçado em princípios democráticos e inclusivos”, afirma a coordenadora da galeria e professora da Faculdade de Artes (Faartes), Roberta Valin.

Os selecionados irão ocupar a galeria em 2019. A seleção será feita por uma comissão mista composta e recomposta a cada edital por professores e artistas. “Os editais de ocupação não delimitarão códigos e/ou linguagens artísticas, uma vez que a multiplicidade de tendências, temas e formas de se fazer e expressar são



ACERVO DA GALERIA

características da arte contemporânea. O que queremos é justamente abrir o espaço para artistas com olhares, experimentações, narrativas e provocações de toda sorte. No entanto, alguns direcionamentos mais operacionais na ocupação serão necessários e discriminados nos editais”, explica Valin.

A ativista cultural e integrante do Coletivo Difusão, Michelle Andrews, chama atenção para a facilitação no processo. “Essa ocupação, para ter realmente uma representatividade de projetos, precisa estar atenta à desburocratização, isso não quer dizer deixar de lado as regras, mas inserir cotas; abrir inscrições não somente físicas, mas online; aceitar a juventude a partir de seus responsáveis legais, tem uma garotada que é menor e está a fim de expor; deixar, pelo menos, uns 60 dias aberto e interagir pelas mídias sociais, para que seja atrativo a várias ideias”.

Outro ponto destacado por Andrews é a real aceitação à diversidade. “É importante sair de uma linguagem artística de quem seleciona e entender que a questão da diversidade de linguagens artísticas vai além das sete [artes clássicas], teatro, dança, etc, e, principalmente, prezar por obras de baixo custo para que a questão



de expor seja cada vez mais acessível e não esteja no patamar elitizado, das ‘galerias brancas’, de comprar uma moldura cara”, afirma.

A abertura às mais diversas vozes também é defendida pela artista visual, negra, feminista e afroreligiosa Kerolayne Kemblin. “Os espaços de arte são espaços que estão relacionados a locais de fala, então é importante o artista dentro da galeria expressando sua opinião. A gente está cada vez mais precisando de pessoas que possam estar levando para as galerias discussões não só do ponto de vista da poética, mas também questões relacionadas ao social, a política, a cultura, dentre outras vertentes. É preciso sim esses locais estabelecerem a fala do negro, do branco, do índio, do LGBT porque quando eu estou falando de locais de fala, eu estou falando também que é direito de todos ocuparem”, resume.

ABERTURA
GAU

dia 15 de junho, às 19h30,
exposição coletiva “Poéticas.
Fragmentos. Olhares” dos
professores-artistas da Faartes.

Funcionamento:
segunda a sexta-feira, das 10h às 19h,
salas 23 e 24, do Centro de Convivência da
Ufam, Setor Norte.



COLUNA FALA JURÍDICO

Em março, os docentes da Ufam foram surpreendidos com a adoção das orientações da Nota Técnica nº 2556/2018-MP, conforme Memorando Circular nº 004/2018-Gabinete/Progesp/Ufam. Embora o memorando afirme que a “uniformização dos entendimentos” não alcançaria os associados da ADUA, uma vez que estes se encontram respaldados pela liminar proferida no processo nº 4703-50.2016.4.01.3200, toda a categoria vivencia novo ataque aos direitos garantidos em lei, sejam filiados ou não. Isso porque a Universidade, sob o argumento de que sobreveio novo entendimento administrativo não amparado pela liminar, voltou a negar os pedidos de progressão/promoção por interstícios acumulados, incorrendo em mais um equívoco.

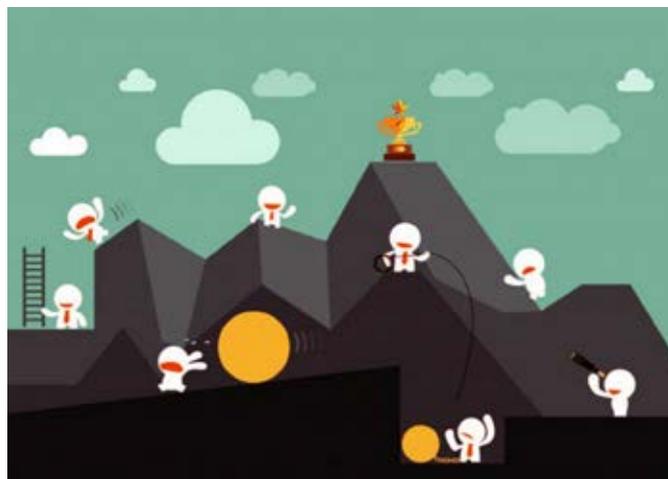
O cerne das condutas atentatórias da Universidade está nas disposições da Nota Técnica que afirmam que: a) o direito à progressão funcional é constituído somente após análise favorável da comissão avaliadora e não meramente declarado por ela; b) somente serão aceitas para fins de comprovação da titulação, a apresentação de diploma de conclusão de cursos de mestrado e doutorado, conforme o Ofício Circular nº 4/2017/GAB/SAA/SAA-MEC; c) não há possibilidade de acúmulo de interstícios para fins de concessão de progressão funcional em mais de um nível por vez, tendo em vista a determinação que exige o cumprimento cumulativo dos seguintes critérios: I – interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível; e II – aprovação em avaliação de desempenho.

No primeiro ponto, a conclusão que se extrai da legislação é no sentido de que, consolidado o transcurso de um interstício, há o imediato início do interstício subsequente; de modo que o posterior procedimento de avaliação a ser realizado pela Instituição Ensino limitar-se-á à análise da suficiência de desempenho do docente

durante cada um dos períodos de interstício pretéritos. O ato administrativo que reconhece a suficiência de desempenho do docente em um interstício restringe-se a declarar que os requisitos exigidos pela lei foram observados e tal ato produzirá seus efeitos retroativamente ao momento em que foi encerrado o lapso temporal avaliado a título de interstício para a promoção. Trata-se de ato administrativo declaratório. A jurisprudência pátria adotava tal entendimento mesmo antes da inserção do art. 13-A na Lei n. 12.772/12 pela Lei 13.325, de 29/07/2016. Mais uma vez, a Universidade incorre em ilegalidade ao restringir o direito aos efeitos financeiros decorrentes da progressão e da promoção do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

Em relação à aceitação somente do diploma como documento comprobatório da titulação, o entendimento na jurisprudência é de que, cumpridos os requisitos para a conclusão do curso, não há novo juízo de valor que possa vir a infirmá-los. Os procedimentos posteriores são mera formalidade e não têm o condão de inviabilizar a fruição dos direitos, motivo pelo qual faz-se imperativa a conclusão para imediata produção dos efeitos – inclusive para fins de desenvolvimento funcional. Dessa forma, a titulação pode ser comprovada tanto por certificado ou de diploma, quanto por documento que comprove estarem cumpridos os requisitos necessários à conclusão do curso.

Em relação à impossibilidade de acúmulo de interstícios, o direito à progressão e à promoção constitui-se quando preenchidos os requisitos previstos em lei. O reconhecimento administrativo deve produzir efeitos de forma imediata e re-



FREERPIX

troativa à data da implementação dos requisitos. Em consonância com a natureza declaratória do ato de reconhecimento da progressão e da promoção em tempo pretérito, tem-se que o fim de cada interstício estabelece o marco inicial para que seja aferido o efetivo exercício do nível subsequente. Faz-se impositiva a conclusão, portanto, de que indifere se o reconhecimento *a posteriori* se referir a mais de um interstício, desde que tenham sido cumpridos os demais requisitos previstos pela lei vigente à época em que cada uma das progressões e/ou promoções deveria ter sido realizada. Reforça-se que, não havendo dispositivo legal autorizando a restrição ao deferimento de progressões por interstícios acumulados, a mesma revela-se, além de ilegal, imoral, porquanto garante benefícios financeiros à Administração Pública através da violação da finalidade do instituto.

Contra todos esses ataques generalizados à categoria, a ADUA tem lutado incansavelmente, tanto no âmbito extrajudicial, quanto no âmbito judicial, neste caso por intermédio de sua assessoria jurídica, para defender os direitos dos docentes assegurados na legislação.

Auxiliadora Bicharra

Advogada (OAB/AM 3.004) do Gomes e Bicharra Advogados Associados, Assessoria Jurídica da ADUA.